

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19184	O Município possui ato normativo que regulamenta o Processo Administrativo Tributário?	O Município deve possuir ato normativo vigente (lei municipal, decreto ou outro instrumento equivalente) que discipline formalmente todas as etapas do Processo Administrativo Tributário, garantindo aos contribuintes os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19185	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o Processo Administrativo Tributário.	-	ANEXO	NÃO	(19184 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19186	No Município, o Processo Administrativo Tributário é eletrônico?	O Município deve dispor que o Processo Administrativo Tributário (PAT) tramite de forma eletrônica por meio de sistema informatizado oficial, desde a autuação até a decisão final.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19187	O Município editou, por decreto, e publicou em seu site oficial, a consolidação da legislação tributária municipal, organizada em textos únicos específicos para cada tributo e taxa vigente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve demonstrar que publicou, em seu site oficial ou portal de transparência, decreto(s) que consolide(m), separadamente, a legislação vigente relativa a cada tributo municipal (ex.: IPTU, ISS, ITB) e às taxas instituídas, conforme determina o art. 212 do Código Tributário Nacional (CTN). A consolidação deve reunir todas as alterações legislativas incorporadas até o exercício corrente.</li> <li>• O ato de consolidação deve atender aos seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ser editado formalmente mediante decreto;</li> <li>- Estar disponível no site oficial da Prefeitura, em local de acesso público e sem necessidade de autenticação;</li> <li>- Apresentar, de forma separada, o texto consolidado de cada tributo ou taxa municipal, incorporando todas as alterações normativas;</li> <li>- Estar atualizado até o exercício corrente, com última atualização realizada em data não anterior a 31 de janeiro.</li> </ul> </li> <li>• Exemplo: DECRETO N.º 7.871, de 29.9.2017, que regulamenta o ICMS no Estado do Paraná (<a href="https://www.arinternet.pr.gov.br/portalsefa/_downloadlegislacao2.asp?eTpDoc=0&amp;eTpPer=5&amp;eTpMod=1">https://www.arinternet.pr.gov.br/portalsefa/_downloadlegislacao2.asp?eTpDoc=0&amp;eTpPer=5&amp;eTpMod=1</a>)</li> <li>• Essa prática promove maior transparência e segurança jurídica, facilita o acesso às normas pelos contribuintes e assegura a aplicação de regras atualizadas, em conformidade com o CTN.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19188	Informe o link de acesso (URL) do(s) ato(s) que consolidam a legislação tributária atualizada.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19187 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19189	O Município possui Conselho de Recursos Fiscais ou órgão equivalente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve possuir, devidamente instituído por norma legal ou infralegal vigente, um Conselho de Recursos Fiscais (ou órgão com função equivalente), com competência para julgar, em segunda instância administrativa, os processos decorrentes da impugnação de lançamentos tributários, autos de infração, decisões em processos fiscais ou outros atos da Administração Tributária Municipal.</li> <li>Esse órgão deve assegurar duplo grau de julgamento na esfera administrativa, promovendo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório em matéria tributária.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19190	Anexe o ato de designação do conselho ou órgão equivalente.	-	ANEXO	NÃO	(19189 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19191	A Administração Tributária Municipal elabora Plano Anual de Fiscalização, em cada exercício?	O Município deve demonstrar que elabora, formaliza e utiliza um Plano Anual de Fiscalização (PAF) no âmbito da Administração Tributária, contendo metas, prioridades, cronograma de ações e áreas de maior risco ou relevância fiscal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19192	Anexe o Plano Anual de Fiscalização relativo ao exercício de análise das contas.	-	ANEXO	NÃO	(19191 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19193	O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a pessoas físicas e jurídicas, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permite aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a pessoas físicas ou jurídicas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19194	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão mobiliária.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19193 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19195	O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a imóveis, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permita aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a imóveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19196	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão imobiliária.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19195 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19209	O município atualmente concede alguma isenção tributária de caráter não geral?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicarem de maneira universal a todos que se encontrem em idêntica situação.</li> <li>• O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos, mas, nesses casos, a norma deve indicar com clareza: os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender, o prazo de validade da isenção e deve estar prevista em lei específica.</li> <li>• OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19210	Todas as isenções tributárias de caráter não geral concedidas encontram amparo em lei?	O Município deve adotar procedimentos administrativos formais para a concessão de isenções tributárias de caráter não geral, assegurando que cada ato concessivo seja analisado quanto à conformidade com a lei autorizativa vigente, em observância ao art. 176 do Código Tributário Nacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19209 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19211	O Município realizou, no ano atual, acompanhamento formal para verificar se os beneficiários das isenções de caráter não geral permanecem atendendo às condições estabelecidas em lei?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responda "NÃO SE APLICA" caso as concessões vigentes tenham ocorrido nos últimos 12 meses. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação.</li> <li>• Para responder "sim", o Município deve ter realizado, no exercício em referência, acompanhamento formal destinado a verificar se os beneficiários das isenções tributárias de caráter não geral continuam atendendo às condições estabelecidas na respectiva lei autorizativa.</li> <li>• Esse acompanhamento deve ser documentado em processo administrativo ou em relatório técnico específico, contendo a análise individualizada das isenções vigentes e a comprovação da manutenção dos requisitos legais.</li> </ul>	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(19209 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19212	Anexe 1 (um) relatório de acompanhamento, elaborado no exercício corrente, que avalie se o beneficiário de isenção tributária de caráter não geral continua atendendo às condições estabelecidas em lei.	-	ANEXO	NÃO	(19211 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19213	Em caso de verificação de descumprimento das condições legais, o Município procedeu à interrupção do benefício concedido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve comprovar que, ao identificar o descumprimento das condições legais por beneficiários de isenções tributárias de caráter não geral, adotou providências formais para a interrupção do benefício.</li> <li>• Tais providências devem estar instruídas em processo administrativo, com a comunicação ao contribuinte, a análise fundamentada da irregularidade e o ato formal de revogação ou cancelamento da isenção, garantindo o respeito ao contraditório e à ampla defesa, quando cabíveis.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19211 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19214	O Município possui lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicarem de maneira universal a todos que se encontrem em idêntica situação.</li> <li>• O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos, mas, nesses casos, a norma deve indicar com clareza: os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender, o prazo de validade da isenção e deve estar prevista em lei específica.</li> <li>• OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19215	Anexe o documento que contenha a lei vigente que institui as isenções tributárias de caráter não geral.	-	ANEXO	NÃO	(19214 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19216	Informe qual é o número da lei vigente e quais são seus artigos que disciplinam as isenções tributárias de caráter não geral.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19214 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19217	O Município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral?	OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	((19209 == "SIM") OU (19214 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19218	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral.	-	ANEXO	NÃO	(19217 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19219	O ato normativo define de forma expressa o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19220	O ato normativo prevê que a concessão da isenção dependa de requerimento formal do interessado, instruído com a comprovação das condições e requisitos legais?	Em observância ao art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN), caput.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19221	O ato normativo estabelece que o despacho concessório seja fundamentado por decisão motivada de autoridade administrativa competente?	Em observância ao art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN), caput.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19222	O município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas?	OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	((19209 == "SIM") OU (19214 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19223	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas.	-	ANEXO	NÃO	(19222 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19224	O ato normativo define de forma expressa o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19225	O ato normativo prevê acompanhamento formal periódico, no mínimo anual, do enquadramento dos beneficiários às condições estabelecidas em lei?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19226	O ato normativo estabelece a possibilidade de lançamentos retroativos em caso de descumprimento das condições legais, respeitado o prazo decadencial?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19227	A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota do IPTU com base no valor do imóvel?	A legislação tributária municipal vigente (lei ou código tributário municipal) deve estabelecer expressamente alíquotas progressivas do IPTU de acordo com faixas de valor dos imóveis, respeitando os critérios previstos no artigo 156, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2000.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19228	A legislação tributária municipal prevê a aplicação de alíquotas diferenciadas de IPTU com base na utilização urbanística ("uso" do imóvel)?	A legislação tributária vigente deve estabelecer, de forma expressa, alíquotas distintas de IPTU conforme a utilização urbanística do imóvel — por exemplo, se é residencial edificado, não residencial edificado ou terreno vago.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19229	A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota de IPTU (ou "IPTU progressivo no tempo") como instrumento para induzir o adequado aproveitamento de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária deve instituir expressamente a progressividade da alíquota do IPTU no tempo, como instrumento de política urbana, com base no disposto no art. 182, §4º, II, da Constituição Federal e nos arts. 7º e 8º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).</li> <li>Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19230	A legislação tributária municipal prevê o índice de correção monetária a ser aplicado periodicamente aos valores previstos na planta genérica de valores dos imóveis para fins de recomposição inflacionária?	A legislação tributária vigente deve estabelecer de forma expressa o índice ou critério oficial de correção monetária a ser aplicado periodicamente sobre os valores constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), com o objetivo de recompor a perda inflacionária ao longo do tempo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19231	A legislação tributária municipal estabelece critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU, de modo a permitir que a revisão possa ser realizada por meio de decreto do Poder Executivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária deve estabelecer, de forma expressa, os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis urbanos utilizados como base de cálculo do IPTU, nos termos do art. 156, §1º, III, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023.</li> <li>A legislação deve prever que essa revisão poderá ser formalizada por decreto do Poder Executivo, desde que observadas as diretrizes, metodologias e parâmetros previamente definidos em lei municipal.</li> <li>Essa regulamentação não se confunde com a mera correção monetária para recomposição inflacionária, mas trata da revisão efetiva dos valores venais, permitindo que a base de cálculo do IPTU seja atualizada de modo a refletir a realidade do mercado imobiliário local, assegurando maior justiça fiscal, transparência e eficiência na arrecadação tributária.</li> <li>Exemplo de elementos esperados na legislação municipal: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Previsão expressa de que a revisão dos valores venais poderá ser realizada por decreto do Executivo;</li> <li>- Definição de critérios gerais que orientem a revisão (ex.: metodologia, parâmetros mercadológicos, periodicidade, zonas fiscais, dados utilizados etc.);</li> <li>- Aplicabilidade voltada à revisão da base de cálculo, e não apenas à correção monetária.</li> </ul> </li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19232	Anexe a legislação tributária municipal que disciplina o IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19231 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19233	Informe qual é o número da lei que disciplina o IPTU e quais são seus artigos que estabelecem os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19231 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19234	A legislação tributária municipal prevê a periodicidade da revisão dos valores da planta genérica de valores dos imóveis?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A legislação tributária deve estabelecer, de forma expressa, a periodicidade com que deverá ser realizada a revisão dos valores venais dos imóveis constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), para fins de lançamento do IPTU.</li> <li>• Essa previsão deve referir-se à revisão da base de cálculo em si, com a reavaliação dos valores venais, e não se limitar à mera correção monetária para recomposição inflacionária. A definição dessa periodicidade deve estar alinhada ao disposto no art. 156, §1º, III, da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que autoriza a atualização periódica dos valores venais mediante critérios estabelecidos em lei municipal. Ademais, a Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos."</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19235	O Município elaborou, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico estatístico para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve ter elaborado, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico-estatístico com o objetivo específico de estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de subsidiar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU. Esse estudo também visa atender ao disposto na Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, que prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos."</li> <li>• Esse estudo deve seguir metodologia reconhecida de avaliação de imóveis, com destaque para o método comparativo direto de dados de mercado, descrito na norma ABNT NBR 14.653, ou outra técnica validada por critérios técnicos, estatísticos e legais.</li> <li>• Elementos mínimos esperados no estudo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de método técnico ou estatístico com base em dados coletados no mercado imobiliário local;</li> <li>- Indicação de fontes utilizadas, datas de coleta e amostragem adotada;</li> <li>- Registro dos procedimentos, premissas e parâmetros utilizados para a estimativa dos valores venais.</li> </ul> </li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19236	Anexe o relatório sintético do estudo técnico-estatístico realizado para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19235 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19237	O Município propôs a revisão da PGV dos imóveis nos últimos 04 (quatro) anos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve demonstrar que, nos últimos quatro anos, propôs formalmente a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) dos imóveis urbanos, com vistas à atualização da base de cálculo do IPTU, em conformidade com a periodicidade recomendada pela Portaria MF nº 3.242/2022.</li> <li>• A Portaria Ministerial 3.242/2022, que atualiza a Portaria 511/2009, prevê que "Art. 18. Os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos." Ou seja, não excepciona os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, como previa a Portaria 511/2009.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19238	Anexe a lei, o projeto de lei ou o decreto editado nos últimos 4 anos com a revisão ou proposta de revisão dos valores da Planta Genérica de Valores (PGV).	-	ANEXO	NÃO	(19237 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19239	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento de fiscalização, para fins de lançamento do IPTU, em relação a imóveis urbanisticamente não regulares dentro do perímetro urbano e/ou dentro das áreas de expansão urbana?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve comprovar a realização, no exercício atual, de pelo menos uma ação de fiscalização com o objetivo de verificar e lançar o IPTU incidente sobre imóveis urbanisticamente irregulares localizados no perímetro urbano ou nas áreas de expansão urbana.</li> <li>• Compete também ao Município realizar o lançamento retroativo do imposto, observando o prazo máximo de cinco anos.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19240	Carregue o(s) relatório(s) de fiscalização em relação ao IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19239 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19241	O Município permite a emissão de guias de recolhimento de IPTU, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve disponibilizar, por meio de plataforma digital oficial, a funcionalidade que permita ao contribuinte emitir diretamente as guias de pagamento do IPTU, sem necessidade de solicitação presencial ou intermediação da administração tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19242	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do IPTU.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19241 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19243	O Município utiliza canais de comunicação acessíveis e modernos — como WhatsApp — para promover a regularização espontânea de créditos tributários lançados e ainda não pagos, a exemplo do IPTU?	O Município deve empregar canais digitais de comunicação direta com os contribuintes, como WhatsApp, SMS, ou e-mail automatizado, para envio de lembretes, boletos ou negociações visando à quitação voluntária de débitos tributários vencidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19244	O Município possui ato normativo que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve dispor de norma municipal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que estabeleça as regras, critérios ou metodologias a serem empregadas na avaliação do valor de mercado dos imóveis para o lançamento do ITBI.</li> <li>Elementos mínimos esperados no ato normativo: critérios de avaliação; hipóteses de avaliação; prazos e instrumentos de notificação.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19245	Anexe o ato normativo municipal que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI.	-	ANEXO	NÃO	(19244 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19246	O Município possui ato normativo que define o processo administrativo de contestação do valor declarado pelo contribuinte para fins de ITBI?	A legislação municipal deve prever o direito à contestação administrativa do valor atribuído ao imóvel para fins de cálculo do ITBI, definindo etapas, prazos, instância julgadora e meios de defesa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19247	Anexe o ato normativo municipal que define o procedimento administrativo em casos de contestação do valor declarado pelo contribuinte para fins de ITBI.	-	ANEXO	NÃO	(19246 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19248	O Município permite a SOLICITAÇÃO da emissão de guias de recolhimento de ITBI, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve disponibilizar ambiente eletrônico oficial que permita ao contribuinte solicitar a guia de pagamento do ITBI sem necessidade de atendimento presencial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19249	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a solicitação da emissão de guias de recolhimento do ITBI.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19248 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19250	O Município adota programas, ações ou iniciativas que incentivem o contribuinte a requerer a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve implementar iniciativas estruturadas e recorrentes que estimulem o contribuinte ou consumidor a solicitar a emissão de NFS-e, com foco na conscientização, no combate à sonegação e no aumento da arrecadação do ISS.</li> <li>Exemplos: campanhas de conscientização, sorteios de prêmios, programas de devolução de parte do tributo ao consumidor ou parcerias com entidades locais.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-

Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19251	O Município adotou providências para viabilizar a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, seja por meio da utilização de sistema próprio do município com integração à plataforma nacional ou pelo uso gratuito fornecido pela própria plataforma nacional?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que adotou providências formais para viabilizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, conforme exigência legal prevista na Lei Complementar nº 214/2025.</li> <li>OBS.: a partir de janeiro de 2026, todos os municípios brasileiros deverão adotar obrigatoriamente o modelo nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), conforme estabelece a Lei Complementar nº 214/2025.</li> <li>O item de avaliação será considerado atendido se o Município dispuser de uma das alternativas abaixo: <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município firmou o Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e nacional;</li> <li>OU</li> <li>O Município integrou seu sistema próprio de NFS-e ao Ambiente de Dados Nacional, conforme especificações técnicas definidas pela RFB.</li> </ul> </li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19252	Anexe a(s) evidência(s) que dispõe(m) sobre a utilização de NFS-e no padrão nacional a partir de 2026.	-	ANEXO	NÃO	(19251 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19253	O município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento de fiscalização do ISS visando detectar contribuintes que deixaram de emitir notas fiscais por determinado período ou que apresentem queda acentuada em suas operações?	O Município deve demonstrar que realizou, no exercício atual, pelo menos um procedimento de fiscalização voltado à identificação de contribuintes que deixaram de emitir notas fiscais por período superior ao habitual ou que apresentaram queda acentuada e atípica nas operações tributáveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19254	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização do ISS.	-	ANEXO	NÃO	(19253 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19255	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento fiscalizatório nos valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do simples nacional?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que executou, no exercício atual, ao menos uma ação de fiscalização voltada à verificação da veracidade dos valores de faturamento declarados por empresas enquadradas no Simples Nacional, com foco na base de cálculo do ISS.</li> <li>Essa ação contribui para a correção de distorções, a recuperação de receitas e o controle mais efetivo sobre os tributos declaratórios.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19256	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização sobre os valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do simples nacional.	-	ANEXO	NÃO	(19255 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19257	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento fiscalizatório nos valores declarados isentos pelas empresas optantes do simples nacional?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que promoveu, no exercício atual, ao menos uma verificação formal dos valores informados como isentos do ISS pelas empresas optantes do Simples Nacional, avaliando a compatibilidade das isenções aplicadas com a legislação municipal vigente e a correspondência entre a isenção declarada e a atividade econômica efetivamente exercida pela empresa.</li> <li>Essa iniciativa permite evitar a indevida fruição de benefícios fiscais, promove justiça fiscal e protege a base tributável municipal.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19258	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização sobre os valores declarados isentos pelas empresas optantes do simples nacional.	-	ANEXO	NÃO	(19257 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19259	O Município possui norma vigente que exige que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que possui norma vigente exigindo a obrigatoriedade de envio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) por parte das instituições financeiras e equiparadas estabelecidas em seu território.</li> <li>Essa prática contribui para o aperfeiçoamento do controle sobre a arrecadação do ISS incidente sobre serviços financeiros, viabilizando análises mais precisas sobre a movimentação econômica do setor, além de permitir o cruzamento com bases externas, como as do Banco Central.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças

Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19260	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta a exigência de que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF).	-	ANEXO	NÃO	(19259 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19261	O Município realizou, no ano atual, procedimentos fiscalizatórios que comparem a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras por meio da DES-IF com a informada a outros órgãos, como ao Banco Central?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve ter realizado, no exercício atual, ao menos um procedimento fiscal voltado à análise comparativa entre os dados declarados pelas instituições financeiras por meio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) e aqueles fornecidos a outros órgãos de controle, como o Banco Central do Brasil.</li> <li>• Essa ação amplia a capacidade de detecção de subdeclarações ou omissões de receitas, fortalece o combate à evasão fiscal no setor financeiro e aprimora a justiça fiscal na arrecadação do ISS.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19262	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização que comparem a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras por meio da DES-IF com a informada a outros órgãos.	-	ANEXO	NÃO	(19261 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19263	O Município possui processo de trabalho formalizado que garanta o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve demonstrar que possui processo de trabalho formalizado — por meio de normativos, fluxos operacionais ou rotinas administrativas — que assegure o lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre obras, no momento da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão (como termos de recebimento definitivo ou provisório).</li> <li>• Essa prática contribui para a redução da sonegação fiscal no setor de construção civil, assegura o efetivo recolhimento do tributo devido e fortalece a justiça fiscal na arrecadação municipal.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19264	Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre o processo de trabalho que trata sobre o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras.	-	ANEXO	NÃO	(19263 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19265	O Município realiza todas suas comunicações, relativas ao ISS, através do Domicílio Eletrônico Tributário (DET)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve utilizar, de forma sistemática e exclusiva, o Domicílio Eletrônico Tributário (DET) como canal oficial para todas as comunicações formais com os contribuintes relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).</li> <li>• A ferramenta de DET deve permitir: <ul style="list-style-type: none"> <li>- O envio de notificações de lançamento, intimações, autos de infração, comunicados, avisos de débitos e demais atos administrativos relacionados ao ISS;</li> <li>- O registro de ciência e confirmação de recebimento pelo contribuinte, assegurando a validade jurídica da comunicação;</li> <li>- A preservação do histórico das comunicações efetuadas, garantindo rastreabilidade e transparência;</li> <li>- Mecanismos de autenticação de acesso e integridade das informações, como login seguro, protocolos de entrega e mecanismos de auditoria de acesso;</li> <li>- Regras definidas para considerar a comunicação efetivada (ex.: decurso de prazo após o envio, abertura da mensagem pelo contribuinte etc.), em conformidade com a legislação tributária.</li> </ul> </li> <li>• Essa prática moderniza os processos de comunicação, reduz custos operacionais, assegura maior celeridade nos procedimentos fiscais e fortalece a segurança jurídica nas relações entre Fisco e contribuinte.</li> </ul>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19266	O Município permite a emissão de guias de recolhimento de ISS, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve dispor de sistema online acessível ao contribuinte para emissão direta de guias de pagamento do ISS, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19267	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do ISS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19266 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-

Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19268	O Município parametrizou seus sistemas informatizados para registrar e acompanhar, a partir de 2026, a arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)?	O Município deve ter parametrizado, ou estar em fase final de parametrização, seus sistemas informatizados para registrar, acompanhar e integrar-se às futuras informações relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja implementação inicia-se a partir de 2026, nos termos do novo modelo tributário instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
----------------------------------	---------------------	-------	--	--	---------------------	-----	---	---	--	---